



■ Presidente p.5

“PS fez um veto político”



■ Parlamento p.13

“Governo trata os pensionistas como clientes eleitorais”

POVO LIVRE



n.º 1969
17 de maio de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

“GOVERNO NÃO TEM AMBIÇÃO”



Pedro Passos Coelho esteve na apresentação de Nuno Matias à câmara municipal de Almada



Jantar de apresentação de Nuno Matias à câmara municipal de Almada

“Governo não tem ambição”

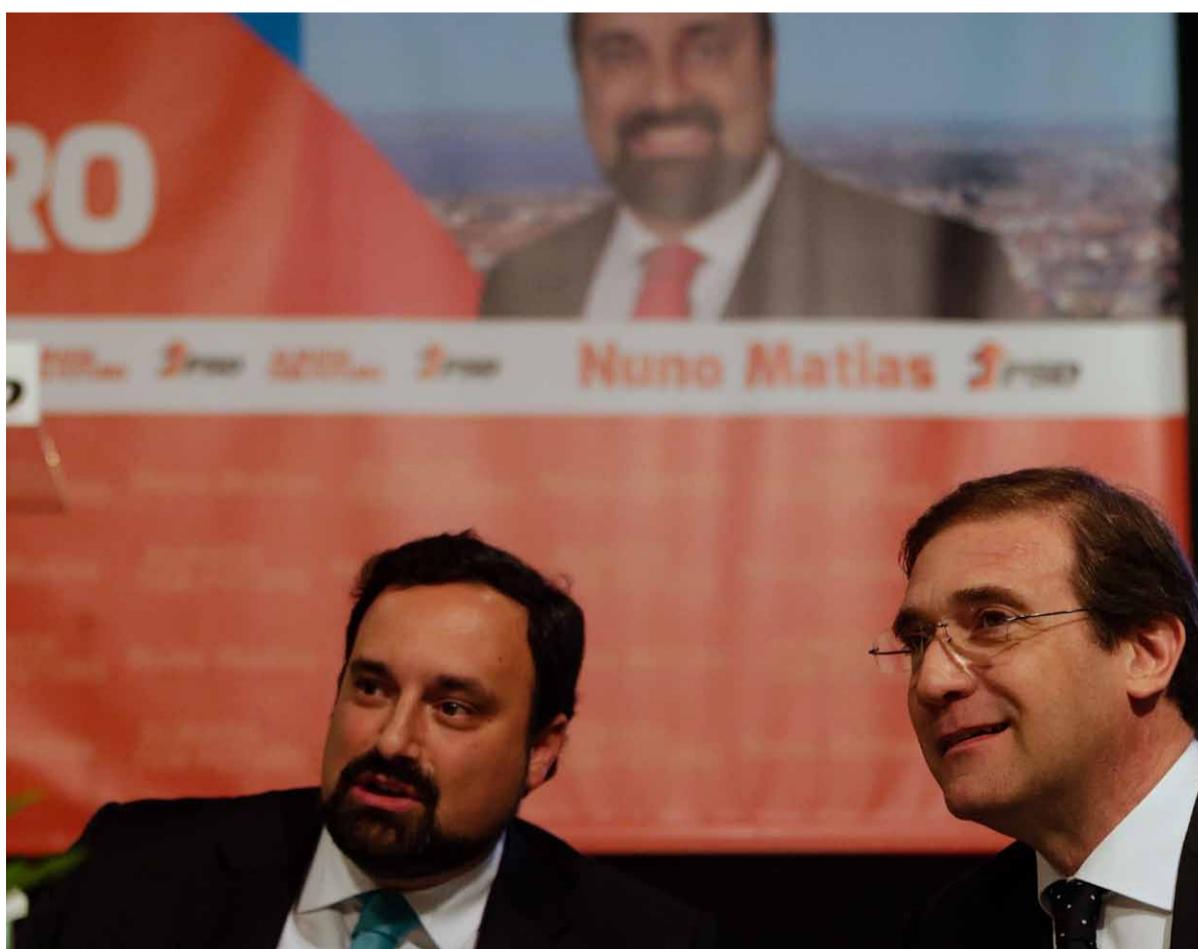
Portugal não está a crescer o que é preciso. A afirmação é do líder do PSD, que acusou também o Governo de querer “rapar o fundo ao tacho” em vez de fazer reformas, como na Segurança Social ou na relação que estabelece com o Banco de Portugal.

No jantar de apresentação dos candidatos autárquicos em Almada, dia 10 de maio, Pedro Passos Coelho alertou que “era melhor que crescêssemos mais, mas este Governo não tem ambição para pensar no futuro, só tem ambição para pensar nas autárquicas.” Portugal precisa de crescer mais, até porque “temos uma dívida muito grande para pagar, e que não é da nossa responsabilidade, herdámo-la do executivo anterior”.

A herança que o PSD deixou ao atual Executivo, pelo contrário, foi a de lutar para que Portugal tivesse futuro, pois “a nossa intervenção foi importante para termos perspetivas de um crescimento melhores do que aquelas que recebemos”. Foi uma reforma laboral que permite que hoje esteja a ser criado mais emprego e que esteja a reduzir o desemprego. Mas se dizem que foi tudo mal feito e com uma perspetiva tão negativa, porque é que o “primeiro-ministro não reverte esta reforma?”, desafiou o líder do PSD.

Atualmente, não há uma estratégia de futuro para o país, “só para o Governo. Há uma estratégia de equilíbrios para que a geringonça se possa manter no poder, e a única coisa que fazem é ir dando a ilusão às pessoas de que está tudo a caminhar bem para o futuro”.

“As coisas podiam estar a ir melhor se houvesse uma agenda reformista para o País, mas isto não casa bem com o PCP e o BE”, denunciou o líder da oposição. O que se observa, no debate político, é uma “fantasia acerca da situação que o país atravessa”.



Pedro Passos Coelho revelou que, em 2015, o Executivo PSD/CDS pediu ao governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, uma análise sobre se esta instituição poderia “dar um contributo um bocadinho

maior” das suas provisões para que Portugal ficasse abaixo do défice de 3% e assim sair do Procedimento por Défice Excessivo.

“Quando dissemos que o Governo estava a preparar, com o BE, um saque às provisões do Banco de Portugal, o primeiro-ministro disse que não sabia do que estávamos a falar. Mas ele já deve ter percebido qual é a conversa. Para eles, tal como na Segurança Social, o que o é preciso é rapar o fundo ao tacho, ir buscar o dinheiro onde ele estiver, de modo a que possa pagar o menor esforço possível a mudar seja o que for, para depois fazer de conta que tudo está a correr bem”, denunciou.

“O senhor governador, na altura, disse que não era possível, porque, de acordo com as suas matrizes de risco, era imprudente ao BdP fazê-lo”, declarou, apontando, contudo, que em 2016 o Banco mudou as suas matrizes e “já não foi imprudente fazê-lo”, permitindo ao Governo socialista ficar com mais dividendos”.

O líder social-democrata sublinhou que o BdP ainda faz cerca de mil milhões de euros de provisões por ano e ironizou: “Há de ser meio ponto percentual do PIB. Isto para pagar a ausência de reformas é capaz de ser uma coisa interessante”.

Desemprego: números apresentados numa ótica nem séria nem honesta

O presidente do PSD recuperou outro tema debatido na Assembleia da República entre o primeiro-ministro e o líder parlamentar social-democrata, Luís Montenegro: os números do desemprego.

“Quando nós olhamos para os dados do desemprego e vemos que o primeiro trimestre foi um trimestre positivo, choca-nos de alguma maneira ver o primeiro-ministro martelar os números de tal maneira que possam ser apresentados numa perspetiva que não é séria nem é honesta”, lamentou.

Insistindo que o desemprego baixou de forma mais intensa em 2014 e 2015 do que em 2016, o líder do PSD acusou o Governo de querer “refazer a história à maneira soviética” e enalteceu os méritos da reforma laboral feita pelo seu executivo.

“Porque é que o Governo não reverte esta reforma? Se a conversa é que foi tudo mal feito, tem apoio no parlamento, o PCP e o BE estão lá e os seus apêndices”, desafiou o primeiro-ministro.

Perante os militantes do PSD, Pedro Passos Coelho apontou as razões pelas quais considera que isso não será feito. “Pela mesma razão porque não vai levar ao próximo Conselho Europeu ou ao Eurogrupo o relatório que apresentaram para reestruturar a dívida de Portugal. Encenam no país uma conversa mentirosa e perigosa para ‘geringonça’ ver, mas depois evidentemente fazem, senão o contrário, muito diferente daquilo que apregoam”, afirmou.

Para o líder do PSD, o Governo olha para os portugueses como “ativos eleitorais” e lamentou que uma “agenda reformista não case com o PCP e o BE”.

Segurança Social necessita de um modelo de reforma

“A conversa é a mesma da Segurança Social, o que é preciso é ir rapar o fundo ao tacho, de forma a que se possa mudar o menos possível e depois fazer de conta que estava tudo bem”, criticou, acusando o Governo de não querer fazer uma verdadeira reforma neste setor.

Sobre a Segurança Social, Passos Coelho alertou que “deitar dinheiro para cima de uma coisa que não se reforma é simplesmente gastar recursos de uma forma criminoso”.

“É preciso discutir que modelo de reforma, o que o primeiro-ministro disse no parlamento foi o oposto: ‘venham de lá as ideiasinhas, mas não nos falem em





reformas”, criticou, referindo-se ao debate quinzenal desta tarde no parlamento.

Os partidos da maioria falam do problema da sustentabilidade da Segurança Social, quando antes diziam que não havia problema nenhum. Sempre que houve uma proposta do PSD para resolver este problema, “chumbaram tudo. Agora, que fizeram as contas, veem que falta dinheiro na Segurança Social”.

A reforma da Segurança Social há-de custar dinheiro, “mas é preciso fazer uma reforma. Se o dinheiro não for gasto em reformas, então estão a gastar mal o dinheiro”, acusou Pedro Passos Coelho. “Precisamos de dar segurança para futuro, e isso exige uma reforma da Segurança Social, mas é preciso ver que modelo de reforma precisamos.”

O líder do PSD concluiu dizendo que se lembra de “governos com esta estratégia, que nos davam lições do que ia ser importante para o futuro, mas o problema foi o futuro. E quando ele chegou, as pessoas não acharam graça. O futuro constrói-se sempre no passado. Mas para o Governo, tudo o que de bom acontece deve-se ao Governo, o que for menos simpático é devido ao governo anterior. Prepararam-se para esta cantilena para os próximos tempos, até os factos mostrarem que não se fez o que era preciso. Este Governo não faz o que é preciso, e essa é uma responsabilidade da maioria”.





Pedro Passos Coelho em Portalegre

“PS fez um veto político”

A propósito da indicação do PSD para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações (CFSIRP), Pedro Passos Coelho afirmou que a rejeição do nome de Teresa Morais para a presidência deste organismo foi um “veto político lamentável”.

A vice-presidente do PSD já fez parte do Conselho, com ilustres deputados socialistas dessa época, e tem perfil e provas dadas nesta matéria. “Tivesse ela ficado no Conselho de Fiscalização mais tempo e de forma mais efetiva e talvez alguns escândalos não tivessem ocorrido, como o conhecido caso dos julgamentos de Silva Carvalho. A Teresa Morais tem o que se chama uma folha impecável, que só a recomenda”, reiterou Pedro Passos Coelho.

No entanto, o Partido Socialista diz que não tem perfil e não apoia. Uma situação que “mancha a folha dos socialistas”. “Esta é uma atitude lamentável. Há vários meses, o chefe de Governo consultou-me a propósito do novo nome para os serviços de informação e nós anuímos a essa escolha. Dois dias depois de o primeiro-ministro ter informado o País de que ia substituir o secretário-geral dos serviços de informação, depois de ter ouvido que concordei com a substituição, o PS rejeita a pessoa que devia, pelo Parlamento, fiscalizar o serviço”, denunciou.

O Governo acha que pode “escolher para os serviços de informação quem entende, mas o PSD e o Parlamento não podem escolher quem tem perfil para fiscalizar esta ação.”

“O PSD vai refletir no que se passou, porque nos parece que ultrapassa a colaboração democrática que deve haver entre os partidos. O que fizeram foi um veto político à Dr.ª Teresa Morais. É uma mancha na folha ao PS e espero que se possa ultrapassar. Se nós atuássemos com a pesporrência, com a arrogância que o PS se tem vindo a comportar, nunca teríamos chegado a entendimentos para coisa nenhuma, nem teríamos eleito ninguém no Parlamento”, disse.



“Não andamos a tratar as pessoas como se isto fosse uma espécie de feira de gado”

Há um ano que o Executivo prometeu uma solução para os lesados do BES. No entanto, ainda não há soluções, continua-se na expectativa, e “promessas destas são muitas”.

O Governo, durante um ano e meio, “cancelou o programa de investimento que deixámos para dar mais equilíbrio ao território. Até quando não havia dinheiro nós tínhamos investimento. Gastaram quase menos mil milhões de euros do que nós e não querem assumir esta responsabilidade”, afirmou o líder da oposição.

Mas o populismo do Governo reflete-se também na discussão do aumento do salário mínimo nacional. “Esquecem-se que ele foi congelado por um governo socialista e que nós o aumentámos. Propuseram aumentar 20% o ordenado mínimo. Mas a economia aguenta? O que queremos é que as pessoas tenham emprego. E governo faz demagogia em torno desta matéria”, acusou.

O mesmo se passa com o processo de integração de precários. Ainda não se sabe quanto vai custar, o Governo já publicou uma portaria mas só em 2018 teremos uma lei. “Daqui até lá, é como se estivéssemos todos no Estado. Quando é que isso vai acontecer? Certamente antes das eleições de 2019. Isto é um desrespeito para quem trabalha para o Estado”, disse.

Também no congelamento de carreiras se passa o mesmo. É preciso descongelar carreiras, senão ninguém quer trabalhar para o Estado. Mas o que se passa é que não é “fácil, porque é muito caro. Porque temos de considerar o tempo em que as carreiras estiveram descongeladas. Se não fosse isso não custava nada. Porque é que não fazem isso? Porque sabem que é preciso contar o tempo em que as pessoas não progrediram. Tem de se fazer o reposicionamento, o que equivale a vários aumentos de rendimentos de funcionários públicos. E isto é caro. O que o Governo está a fazer é dizer que não se conte esse tempo. Mas isso é uma mistificação. Claro que é preciso contar esse tempo. Preparam-se para quê? Contar metade, um terço, fazer um corte? Isto é uma forma séria? Os sindicatos da administração pública acham normal? Este é um processo muito caro que precisa de uma gestão cuidadosa. Até 2019, deve haver alguma notícia de algo que se pode fazer aqui”.

Tudo isto é uma “forma manhosa de tratar os problemas. Estamos a ser governados de uma forma manhosa”, acusou. Porque para o atual Governo, o que está bem é mérito do Executivo e o que está mal é por causa da herança recebida. Não conta que estejam a cortar no investimento e na despesa pública. Não conta que não assumam medidas extraordinárias.

O PSD não compactua com esta maneira de fazer política, porque “temos de estar próximo das pessoas, e isso é respeitá-las. Não é andar aos beijinhos e abraços a contar histórias da carochinha e com estratégias manhosas”, disse.

“Não andamos neste espetáculo demagógico a tratar as pessoas, os portugueses, como um ministro deste Governo classificou a Concertação Social, como se isto fosse uma espécie de feira de gado. É assim que este Governo tem tratado o país, como se fosse uma feira de gado”, acusou.

É preciso uma agenda reformista

O líder do PSD reafirmou que Portugal precisa de crescer. “O País tem de ver as suas famílias e as suas empresas a desenvolverem-se. Isso exige uma agenda reformista e uma vontade e determinação em não cruzar os braços e ceder ao facilitismo. Qualquer pessoa entende isto. Não há ninguém que queira chegar mais longe que não faça mais qualquer coisa, senão o resultado não será diferente.”

O único cimento que une a atual maioria é o de impedir que o PSD governe e o de reverter reformas estruturais. “Veem ao perto, e perdem a capacidade de ver o futuro. Desde que tomaram posse que olham para as autárquicas. Esta maioria converteu-se numa solução tão populista quanto outras que ameaçam países na Europa”, denunciou o líder da oposição.

Mas o PSD não cruza os braços, e luta para “contrariar este unanimismo”.

Pedro Passos Coelho presidiu ao jantar de tomada de posse do PSD de Portalegre, que decorreu no Salão dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, 11 de maio de 2017. O presidente do PSD voltou ao distrito de Portalegre depois de ter estado, no ano passado, Cabeço de Vide. Na altura, o líder da oposição reiterou a necessidade de o Governo criar confiança no Estado Social, alertando para o que se está a passar em áreas cruciais para o dia-a-dia dos portugueses, com a Saúde e a Educação. Se agora Portugal se depara com uma greve de médicos da qual o País demorará dois meses a recuperar, a par da tolerância de ponto dada pelo Governo, já em dezembro o líder social-democrata denunciava os pagamentos em atraso a fornecedores na Saúde, o aumento da dívida do SNS, e a consequente falta de materiais e equipamentos.



Luís Albuquerque, candidato à camara municipal

Governar para as pessoas de Ourém



“Todos gostamos muito da nossa terra”. Luís Albuquerque é candidato pelo PSD à câmara municipal de Ourém e afirma, sem dúvidas, o seu compromisso para com a população do concelho. O atual vereador promete romper com o ciclo de oito anos de poder que, diz, deixou o concelho estagnado. Agora, Ourém “precisa de uma nova dinâmica, de uma nova imagem, de uma nova esperança e é isso que pretendemos dar com a nossa candidatura”. Luís Albuquerque quer governar para as pessoas, reaproximar o poder local de quem dele beneficia. E, em simultâneo, “devolver a dignidade, a seriedade e a honestidade a este concelho”.

Que retrato faz do concelho de Ourém?

O concelho de Ourém parou, estagnou o seu progresso nos últimos oito anos. Obras e projetos estruturantes



que foram prometidos, com pompa e circunstância, não foram concretizados. Refiro-me concretamente à revisão do PDM [Plano Diretor Municipal], que é importantíssimo e que não foi concluído. A rede de saneamento básico e de esgotos – o concelho de Ourém tem apenas uma taxa de cobertura de cerca de 56% – muito aquém das expectativas e dos números a nível nacional. Nem um metro de saneamento básico foi feito. Também as cidades, nomeadamente a cidade de Ourém, continua numa situação definhada, não existe comércio. Nada foi feito para alterar essa situação. Em Fátima, que comemora o centenário das aparições, infelizmente não foram tomadas as medidas necessárias para acolher condignamente as pessoas que nos visitam. Durante estes oito anos, o concelho de Ourém parou. E precisa de uma nova dinâmica, de uma nova imagem, de uma nova esperança e é isso que pretendemos dar com a nossa candidatura.

Quais serão as prioridades para o seu mandato?

Elencámos quatro vetores principais para o nosso mandato. Um primeiro é a coesão social e cultural. É uma área que entendemos fundamental para o bem-estar das populações do nosso concelho. Todos os cidadãos terão as mesmas oportunidades no acesso aos bens essenciais que, nos dias de hoje, são fundamentais para o bem-estar das populações. Um segundo vetor é o território e a regeneração urbana. O nosso concelho tem duas cidades e quatro vilas, todas elas a precisarem de uma recuperação em termos urbanísticos. O Quadro Comunitário de Apoio atualmente em vigor é muito vocacionado para a regeneração urbana e temos de saber aproveitar essas candidaturas, para dignificar a sede do concelho, mas também Fátima e outras vilas do concelho. É um aspeto que temos de trabalhar afincadamente. Um terceiro vetor tem a ver com a competitividade e o empreendedorismo. O concelho de Ourém sempre foi marcado por um grande empreendedorismo, uma grande massa de empresários e empresárias de muito sucesso. Infelizmente nestes últimos anos não foram criadas condições para que pudessem desenvolver as suas atividades de forma consistente.

As zonas industriais não foram requalificadas, não têm acessos capazes de responder às exigências do nosso tempo, não têm as condições infraestruturais necessárias e ótimas para que os empresários possam desenvolver a sua atividade. Temos que criar condições para captar novos investimentos. Neste últimos oito anos, pouco ou nenhum investidor se instalou em Ourém. É importante fixar pessoas, fixar riqueza para que o nosso concelho se possa desenvolver. Um quarto e último vetor tem a ver com a modernização administrativa. É uma área muito importante, para aproximar as pessoas da autarquia. Queremos que uma pessoa que tenha um processo a decorrer na Câmara Municipal, possa, em qualquer lado, em qualquer altura, consultá-lo e ter acesso a esse processo. Atualmente, isso não existe, as pessoas estão muito afastadas do poder autárquico. Queremos, acima de tudo, governar para as pessoas.

Qual é o compromisso da candidatura para com os cidadãos?

É isto que acabei de dizer. É uma candidatura virada para os problemas reais das pessoas. As pessoas saberão que, dirigindo-se à Câmara Municipal, terão sempre alguém que está disponível para resolver-lhes os problemas. Terá de ser uma candidatura vocacionada ao lado das pessoas. É isso que queremos que aconteça.

Como se vai concretizar o desafio da coesão em Ourém?

O nosso concelho tem cerca de 45 mil habitantes. Tem duas cidades e quatro vilas. É um concelho muito disperso em termos populacionais e territoriais. Temos uma parte sul do concelho, que está mais desenvolvida em termos sociais e económicos, por força da pujança de Fátima. Temos uma parte norte que efetivamente que não tem o grau de desenvolvimento da parte sul. É um concelho com assimetrias muito grandes. Queremos que todas as pessoas do nosso concelho sejam tratadas e tenham o mesmo tipo de oportunidades que hoje não acontece. Uma das nossas prioridades é a requalificação da EN356, que atravessa todo o norte do concelho, que vai desde Ourém até à Freixianda, e que não tem hoje as condições que deve ter para que possa levar o progresso e o bem-estar às populações daquela zona. Uma das prioridades é tornar o concelho mais coeso em termos territoriais, económicos e sociais.

Qual vai ser a marca da sua candidatura?

A nossa candidatura representa uma nova esperança para o nosso concelho de Ourém. Queremos devolver a dignidade a Ourém. Queremos que os cidadãos do nosso concelho nos olhem como uma candidatura de uma nova esperança, de dignidade, de seriedade e, acima de tudo, uma candidatura de trabalho. Iremos constituir uma equipa de gente séria, de confiança, com provas dadas nas suas vidas profissionais, e isso é uma mais-valia para o concelho. Temos um lema que temos vindo a apresentar – Todos gostamos muito da nossa terra – e penso que é isso que nos vai diferenciar das outras candidaturas. Isso é o grande mote desta candidatura. Queremos, acima de tudo, que os cidadãos do nosso concelho voltem a ter orgulho nas pessoas que o representam. Queremos devolver a dignidade, a seriedade e a honestidade a este concelho, e isso para nós é fundamental. Queremos, acima de tudo, constituir uma equipa de trabalho, com provas dadas, que gera confiança nas pessoas. Esse é o principal sentimento que vai atravessar a nossa candidatura; é o principal sentimento que os cidadãos do nosso concelho se irão rever nesta candidatura.

“Reformas estruturais produzem resultados”

“Quando o emprego aumenta e o desemprego diminui é, de facto, uma boa notícia para o País”, afirmou dia 10, Luís Montenegro, no parlamento. Alertou, contudo, o primeiro-ministro para que não se esqueça de que, “em 2014, havia pouco mais de 400 mil portugueses a ganhar o salário mínimo nacional”. O número aumentou “e muito” em 2016 e 2017, pelo que são já mais de “um milhão de portugueses” a auferir o salário mínimo nacional.

De acordo com o presidente do Grupo Parlamentar do PSD, “se os números são bons, se há capacidade para criar emprego e fazer baixar o desemprego, há que tentar perceber porque é que isso acontece”. Recordou “aqueles que em 2012 e 2013 anteviram que as reformas feitas no mercado laboral iriam trazer mais desemprego e mais sofrimento”, pois “hoje devem corar de vergonha, porque o País está a ver retribuído o esforço dessas reformas”. Disse ser, portanto, necessário tirar uma lição: “as reformas estruturais e estratégicas produzem resultados e não devem ser abandonadas”.

Luís Montenegro espera, na sequência dos dados divulgados pelo INE, que “os gritos que vem daquelas bancadas não sejam tais que influenciem o Governo e o primeiro-ministro a adular aquilo que foi a evolução do mercado em virtude das reformas laborais de 2012 e 2013”.



“Menos população ativa significa um potencial de menor crescimento das contribuições”

Adão Silva recordou, em conferência de imprensa, que a taxa de desemprego divulgada pelo INE vem contrariar as expetativas do ministro da Economia. Manuel Caldeira Cabral afirmou, recentemente, que esperava que o desemprego, no primeiro trimestre de 2017, ficasse abaixo dos 10%.

O Partido Social Democrata congratula-se pelos dados divulgados e reitera que “a modernização das leis laborais está a dar os seus resultados”. Adão Silva lembrou, contudo, a “feroz oposição dos partidos que atualmente constituem a governação do País”, aquando da reforma laboral empreendida pelo executivo PSD/CDS, para salientar que “esperamos, obviamente, que o Governo não venha a revogar a legislação laboral, como já revogou outras iniciativas legislativas tomadas pelo anterior governo”. O deputado defende que as medidas sejam ajustadas ou melhoradas, mas não revogadas, “como, aliás, tem sido vontade dos partidos da extrema-esquerda radical no Parlamento, nomeadamente o PCP e o BE”.

O PSD não esconde, no entanto, “alguma preocupação” dado a “diminuição da população ativa”. Adão Silva afirma tratar-se de “uma diminuição muito pequena (-0,1%)” que é importante assinalar “porque menos população ativa significa um potencial de menor crescimento das contribuições para a Segurança Social e de sustentabilidade para o Estado Social em geral que é aquilo que mais interessa às pessoas”.

Acompanhe-nos
no dia-a-dia...

PSD
TV



Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e Intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade
do PSD



Noticiário semanal todas
as sextas-feiras

Estado deve salvaguardar a integridade no desporto



Prevenir problemas “como o das apostas desportivas, ao ganharem espaço junto dos cidadãos” e garantir “a transparência e a verdade desportiva” são os objetivos do projeto de lei, hoje apresentado, de acordo com Emídio Guerreiro, deputado e ex-secretário de Estado do Desporto.

O “Estado não pode cruzar os braços e deixar de contribuir para a defesa e a salvaguarda da integridade no Desporto”. Emídio Guerreiro recordou o atual clima de crisação e de violência que caracteriza o desporto, para reiterar que “o aumento da transparência e a defesa da integridade das competições jogam um papel decisivo”.

Foi neste contexto que o PSD apresentou, no parlamento, um projeto de lei sobre defesa da transparência e da integridade nas competições desportivas, através do qual propôs alterações em cinco regimes jurídicos da área do desporto (ver abaixo). “Acreditamos que com esta proposta e com estas novas medidas, estamos a

reforçar os alicerces para um Desporto mais transparente e confiável”, afirmou o deputado. “Este é um combate que nos convoca a todos”.

PSD “veste a camisola” contra a violência no desporto

O PSD desafiou dia 11, o Governo a agir contra a violência no desporto, ao fazer uma revisão da lei que já estava prevista para o final de 2015.

Tal como Emídio Guerreiro, deputado social-democrata, afirmou à agência Lusa, “custa-me imenso ver esta crisação toda e o fenómeno crescente de sentimento de impunidade que parece instalar-se, que é a pior coisa que pode haver, e o Governo diz que está a trabalhar com as federações, que gosta muito, mas não faz a sua parte:

rever a lei naqueles itens em que se tem demonstrado necessário. Se o Governo não fizer este trabalho que lhe compete, nós rapidamente apresentaremos aqui propostas”.

Compete agora ao Executivo fazer uma avaliação da lei de “combate à violência, xenofobia e pela igualdade de género nos espetáculos desportivos que está em vigor desde 2013” e em que a própria lei “prevê a sua reavaliação”.

O projeto de lei do PSD, para “defesa da transparência e da integridade nas competições desportivas”, introduz alterações no regime jurídico das federações desportivas e de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva, no regime jurídico dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, no regime jurídico das sociedades desportivas e nos regimes jurídicos das apostas desportivas online e das apostas desportivas de base territorial.

Caixa Geral de Depósitos

PSD quer conhecer caderno de encargos de auditoria

O PSD solicitou ao Governo, com caráter de urgência, o envio do caderno de encargos da auditoria à Caixa Geral de Depósitos referida pelo ministro das Finanças na reunião da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA).

No decurso da audição ocorrida na COFMA, o ministro das Finanças informou que havia sido, finalmente, adjudicada a realização de uma auditoria a atos de gestão da Caixa praticados entre 2000 e 2015.

O PSD recorda que, no verão de 2016, o Parlamento aprovou uma resolução recomendando a realização de uma auditoria à CGD e o próprio Conselho de Ministros comprometeu-se a incumbir “a nova administração da CGD de proceder à abertura de uma auditoria independente a atos de gestão da CGD praticados a partir de 2000”.

Assim, e tendo decorrido todos estes meses, os deputados continuam a desconhecer “os termos da adjudicação desta auditoria, do seu âmbito, limites e eventuais exclusões ou restrições”.

O PSD pretende perceber em que medida a adjudicação assegura as condições definidas pelo Parlamento e, até, pelo próprio Governo, em particular quanto ao âmbito e à independência da auditoria.

Campanha de sensibilização para reforço de vacinação contra o sarampo

O PSD entregou dia 5, no parlamento, um projeto de resolução que recomenda ao Governo que promova uma campanha pedagógica e de sensibilização informativa, bem como o reforço de vacinação contra o vírus do sarampo. No documento, os deputados do grupo parlamentar do PSD defendem que “a vacinação é a melhor forma de prevenção contra o sarampo e, bem assim, o maior obstáculo à sua propagação”.

O PSD apela ao Governo para que, através dos vários organismos de saúde de âmbito nacional, regional e local, determine “o reforço das medidas de vacinação contra o sarampo, com especial incidência nas crianças jovens e nos profissionais de saúde em que tal vacinação se justifique, designadamente por estes não terem recebido o número de doses recomendadas”.

Os deputados entendem que é crucial “uma campanha pedagógica e informativa para esclarecer a população sobre a validade da vacinação incluída no Programa Nacional de Vacinação”.

Para esta campanha, o PSD sugere que, para lá dos organismos públicos, sejam estabelecidas as necessárias parcerias com os hospitais do Serviço Nacional de Saúde, assim como com instituições não públicas prestadoras de cuidados de saúde, incluindo farmácias comunitárias.



De acordo com o texto, “é absolutamente fundamental fazer perceber a todas as famílias portuguesas que o sarampo é uma das principais doenças contagiosas entre as crianças, não devendo a sua gravidade ser ignorada”.

O PSD “considera fundamental manter a tranquilidade pública em torno desta matéria, sendo certo que importa, precisamente com vista à manutenção daquela, que o Governo tome as medidas necessárias para, não apenas controlar o presente surto e reduzir o seu impacto, como para garantir que o mesmo não se repetirá”.

Dados públicos

Em 2016, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente que o sarampo se encontrava erradicado em Portugal, assim reconhecendo que o nosso País conseguira interromper a transmissão do vírus causador da referida doença. Ainda segundo o “Resumo da atividade epidémica do sarampo em Portugal em 2017”, da responsabilidade da Direção-Geral da Saúde, relativo à situação do sarampo no nosso País a 2 de maio de 2017, desde o início deste ano foram notificados 114 casos e confirmados 25, número que entretanto subiu para 27, o que representa um significativo aumento das ocorrências relativamente aos anos anteriores, já que, entre 2004 e 2014, se registaram 23 casos confirmados.

Estima-se que em Portugal possam existir cerca de 10 a 15 mil crianças que não receberam a vacina tríplice que protege contra o sarampo, papeira e rubéola, situação que constitui um perigo, não só para a vida e saúde das crianças, como também representa um risco para a saúde pública.

Aplicar a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo

Em 2015, foi definida uma Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo. Contudo, tal como Fernando Negrão denuncia, tem faltado “informação sobre o que já foi feito e o que não foi feito”. Assim, o PSD entregou um projeto de resolução que recomenda o “cumprimento integral” desta estratégia.

“Depois da fuga de vários indivíduos que vinham em voos com proveniência do norte de África, foi constituído um grupo de trabalho que produziu um conjunto de recomendações. A única coisa que sabemos é que existe uma descoordenação muito grande a nível do Governo, uma vez que se desconhece a entidade que levará a bom porto as medidas sugeridas”, afirma o deputado social-democrata.

O PSD solicita agora ao Governo que “elabore as estratégias e os planos de ação decorrentes da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo e aprove um Plano Estratégico de Segurança das Infraestruturas Aeroportuárias”.

Depois de ter vindo a público a intenção do Ministério da Administração Interna de que Centros de Cooperação Policial e Aduaneira, entre Portugal e Espanha, funcionem apenas das 09h00 às 17h00, o PSD solicita que seja garantido o atendimento permanente.

Para Fernando Negrão, os centros “têm funcionado bem na troca de informação e vigilância de passagem na fronteira de pessoas suspeitas de crimes graves e até de terrorismo”, pelo que os social-democratas se opõem a este intuito. O PSD tinha, já em 10 de abril, solicitado à ministra da tutela que prestasse esclarecimentos sobre o encerramento no período pós-laboral e noturno do Centro de Cooperação Policial e Aduaneira de Vilar Formoso.



Fernando Negrão defende ser “tempo de a senhora ministra da Administração Interna perceber que a sua competência principal é, efetivamente, a segurança dos portugueses”.

No projeto de resolução apresentado, o PSD lembra que “no recém-aprovado Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2016 ficou claro que o risco

da ameaça terrorista pode agravar-se no nosso País”. Defende, ainda, que “é da máxima importância que o nosso País disponha de instrumentos adequados que estejam à altura da natureza das ameaças transnacionais que atualmente enfrentamos e, nesse sentido, urge dar cumprimento integral à Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo”.

Combustíveis simples

Mais uma decisão do PSD a dar resultados



Em 2015, o governo liderado por Pedro Passos Coelho avançou de frente contra os grandes empresários do mercado dos combustíveis, propondo uma medida que se antecipava provocar uma revolução nos combustíveis, com tradução significativa em poupança para o bolso dos portugueses.

O executivo PSD/CDS-PP criou uma imposição legal que obrigou a que os combustíveis simples passassem a ser disponibilizados aos consumidores, em todos os postos de abastecimento. O diploma foi apresentado ao Parlamento no final de 2014, e acabou por ser aprovado por unanimidade, tendo entrado em vigor a 17 de abril de 2015.

Estes combustíveis não aditivados são os que saem diretamente das refinarias e, por isso, são mais baratos de produzir (daí terem ficado conhecidos como “low cost”). Antecipava-se, assim, que a sua disponibilização generalizada tivesse um impacto significativo na redução dos preços para os consumidores.

As petrolíferas contestaram, com argumentos de que atentava contra a liberdade das companhias, num mercado transparente e concorrencial. Chegaram a levar as suas queixas à Justiça, mas o resultado foi a luz verde à legislação.

Contra muitos argumentos de que esta alteração legal não traria, na prática, grandes resultados, a lei permitiu desde logo aos consumidores uma forma de comparar entre operadores e a possibilidade de estarem mais conscientes e informados sobre os custos de produção e as margens cobradas por cada empresa.

Ao fim de um ano em vigor, em abril de 2016, a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (ENMC) estimava que oito em cada dez litros de combustível em Portugal é simples, e que os combustíveis sem aditivo chegavam a representar 82% das vendas totais de gasóleo e de gasolina no final de 2015, em algumas regiões. Em 2014, sem a lei em vigor, essa fatia estava abaixo dos 30%.

Segundo os números do Relatório sobre o Consumo de Combustíveis Simples, divulgado hoje pela ENMC, os condutores portugueses gastaram, no ano passado cerca de 19 milhões de euros por dia em combustíveis. O gasóleo e a gasolina simples foram privilegiados pelos portugueses, em comparação com combustíveis aditivados, tendo representado 70% do total. O motivo da preferência terá sido o fator preço, já que, segundo a ENMC, o consumo de combustíveis simples permitiu uma poupança de seis cêntimos por litro, no caso do gasóleo, e de dois cêntimos por litro, no caso da gasolina. Contas feitas, num depósito que comporte 50

litros, a poupança pode chegar a 2,5 euros em carros a gasóleo ou a 1 euro para carros a gasolina.

Governo está a adiar o país

Este é mais um exemplo que comprova que “os portugueses continuam a colher os frutos das reformas implementadas pelo governo de Pedro Passos Coelho”, conclui Luís Leite Ramos, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

“A coragem reformadora do governo anterior foi determinante para colocar o país numa trajetória de crescimento económico e progresso social. Em muitos casos, como acontece com os combustíveis, ou mesmo na criação de emprego, os resultados começam agora a aparecer de forma inequívoca. Pena é que o atual governo prefira reverter muitas dessas reformas e proteja outras, acabando assim por adiar também o País. Os portugueses mereciam mais e melhor”, conclui Luís Leite Ramos.

Aquando da criação da legislação, o governo PSD/CDS-PP apresentou como principal objetivo desta medida o de alcançar uma poupança para os consumidores, que se estimava na ordem dos 200 milhões de euros por ano.



Dia da Europa

“O espaço europeu é determinante para o nosso destino coletivo”

No dia 9 de maio assinalou-se o Dia da Europa. Importa recordar muito do que o Partido Social Democrata tem defendido. Pedro Passos Coelho acredita numa Europa “cosmopolita, aberta e tolerante”. Da necessidade de proceder a reformas estruturais à criação de “algo de mais mobilizador para o futuro”. De uma união bancária à fiscalização da zona Euro. Os sociais-democratas defendem o projeto que, há 60 anos, foi “sonho de alguns”. Importa, agora, pensar o futuro, tal como muito o tem reiterado o líder do PSD.

Europa: projeto consistente e ambicioso

“Há 60 anos, alguns países pensaram que a melhor maneira de evitar uma nova guerra mundial, de manter a paz era promover o comércio livre, com ambição de conseguir no futuro uma comunidade económica. Tivemos a possibilidade de tornar num projeto mais consistente e ambicioso hoje, que foi o sonho de alguns há uns anos.”

“Europa de Estados”

“Lutamos por uma Europa de responsabilidade. O PSD nunca se afirmou por um processo federalista dentro da Europa, sempre a concebemos como uma Europa de Estados, mas isso não significa lavar as mãos de um processo que tem de ser cada vez mais solidário do ponto de vista supranacional.”

“Raiz europeia é determinante”

“A nossa pertença europeia é determinante para o nosso destino coletivo. Quando olhamos para o que podemos fazer no mundo, isso é impulsionado pela nossa pertença europeia. A nossa raiz europeia é determinante, por isso precisamos que as coisas na Europa deem certo. Queremos estar do lado da solução, ser um elemento atrativo e que funciona bem”.

Fazer reformas estruturais

“Precisamos de atrair investimento. Não podemos viver eternamente à custa das facilidades que nos estão a ser outorgadas pelo Banco Central Europeu. Temos de ter mecanismos que auxiliem os países a fazerem reformas estruturais. Temos de trazer para dentro os jovens que estão fora. É esse o futuro da nossa Europa, senão envelheceremos mais rapidamente e perderemos força no mundo”.

Resolver problemas, para encontrar solução para o futuro

“Ainda não ultrapassámos totalmente os problemas económicos e financeiros. Não há ainda, à escala europeia, uma solução para lidar com o futuro. O nível de dívida é, ainda, um travão ao crescimento em muitos países. Temos problemas sérios a resolver quando pensamos na segurança coletiva.”

“Ainda não há uma noção clara dos novos empregos que a nova economia vai trazer. O rendimento disponível, para a generalidade dos jovens europeus, não é tão entusiasmante”. Importa, pois, “criar algo de mais mobilizador para o futuro. Temos de ter um programa económico em cada um dos países, mas também na Europa, que melhore a nossa perspetiva”.

Fundo Monetário Europeu

“Na Europa, precisamos de ter uma agenda de crescimento. O plano Juncker não funcionou tão bem como era a perspetiva. Precisamos de atrair muito mais investimento para a Europa e de saber lidar com as crises de outra maneira. Temos de criar um Fundo Monetário Europeu. Não há nenhuma razão para que a Europa não trate destes problemas com as competências que reuniu e com os meios de que dispõe. Podemos fazê-lo, mas isso exige, à escala europeia, que se complete o processo de união bancária, que se crie uma verdadeira união financeira, para termos um edifício em torno do Euro mais robusto do que o que temos”.

Capacidade fiscalizadora

“É indispensável fiscalizar. É impossível sustentar uma zona Euro sem capacidade fiscalizadora. Podemos discutir essa capacidade, temos de tê-la. Para o bem e para evitar uma crise mais forte nos próximos anos”.

Luís Montenegro no debate quinzenal

“Governo trata os pensionistas como clientes eleitorais”



O Governo anuncia o aumento das pensões em ano de eleições autárquicas, reconhece problemas de financiamento a curto prazo, mas não tem soluções, apenas “remendos”. Na Saúde, as pessoas estão a sofrer com os cortes cegos e com o aumento das dívidas. A dívida cresce 45 milhões de euros por dia. PCP e BE foram “chorar lágrimas de crocodilo aos hospitais”.

A sustentabilidade da Segurança Social exige um “debate de máxima seriedade e respeito pelas pessoas, pelos atuais e futuros pensionistas”, salientou Luís Montenegro, dia 10, em debate parlamentar com António Costa.

O líder da bancada parlamentar acusou o primeiro-ministro de não estar a tratar “bem este tema”. “Tem tratado o tema com desdém, outras vezes com inusitada demagogia e, até mesmo, com eleitoralismo”, acusou para, logo, explicar. “O desdém vem dos tempos da campanha eleitoral, quando não aceitou formar um acordo de princípio, antes das eleições, para poder ser executado depois, qualquer que fosse o governo saído desse ato eleitoral”. O desdém manteve-se sempre que o PSD propôs o debate.

“A demagogia vem quando ignora que, nos últimos anos, mais de 5,5 mil milhões de euros tiveram de ser transferidos, de forma extraordinária, para a Segurança Social para que ela pudesse ter meios para responder à exigência que tinha das respetivas prestações”, denunciou Luís Montenegro.

Por sua vez, “eleitoralismo veio depois, quando o senhor e esta maioria trouxeram, na discussão do

Orçamento de Estado, um aumento extraordinário das pensões” em ano de eleições autárquicas. “Respeitar os pensionistas não é tratá-los como clientes eleitorais. É tratá-los com visão e preocupação de futuro”, criticou o social-democrata.

Depois de “o ministro da área vir anunciar ou pré-anunciar mais remendos na Segurança Social e reconhecer que a muito curto prazo vamos ter problemas de financiamento”, Luís Montenegro quis questionar o primeiro-ministro: “quer ou não quer o Governo tratar do futuro, deixar de ser um Governo de remendos e passar a ser de reformas e olhar para a Segurança Social com respeito pelas pessoas?”.

Para o presidente da bancada parlamentar, o Governo “continua a privilegiar os remendos e os remedeios na Segurança Social” a uma “visão estratégica, estruturada e de futuro”.

Saúde: pessoas estão a sofrer com cortes cegos do Governo

“Os cortes na saúde são reais, estão a acontecer no dia a dia das pessoas e são o motivo da greve”, denunciou Luís Montenegro, aludindo à greve de médicos e a uma greve de zelo dos enfermeiros.

“A instabilidade está instalada no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e a degradação do serviço prestado ao cidadão é também uma realidade”, afirmou o presidente da bancada parlamentar que lembrou que, em 2016, a

dívida ao SNS “cresceu 30 milhões de euros ao dia e já cresce 45 milhões de euros ao dia em 2017”. A dívida estende-se, ainda, aos laboratórios, tendo crescido “um milhão e meio de euros por dia em 2016”.

Para o social-democrata, “tudo isto desembocou num aumento exponencial das reclamações dos utentes que foi, em 2016, de mais de 24%”. Assim, “quem está a sofrer os cortes no SNS são as pessoas. Onde é que se está a refletir toda a política de desinvestimento do Governo? Na vida quotidiana das pessoas”, salientou, referindo-se ao impacto junto dos “mais vulneráveis e mais desprotegidos”.

Luís Montenegro quis, por isso, questionar o primeiro-ministro: “está a ver no que dá reverter reformas como as 40 horas? Está a ver no que dá conseguir défice à custa de cortes cegos, de pagamentos em atraso e de desinvestimento público? É este o seu modelo social e é este o seu modelo de SNS? Desinvestimento, cortes, pior serviço e reclamações dos utentes?”

O social-democrata sublinhou estar a falar da realidade, e não de ficção e aproveitou para criticar PCP e BE que “foram chorar lágrimas de crocodilo aos hospitais”, mas também são responsáveis pela degradação do Serviço Nacional de Saúde.

O líder do grupo parlamentar aproveitou, ainda, para perguntar ao Executivo, e sobre dívida pública, se o Governo vai ou não “deitar a mão às reservas e provisões do Banco de Portugal?”

Esquerda quer acabar com a caça

O PCP e o BE pretendem acabar com a caça em Portugal ao invés de “mitigar a caça selvagem e sem ética”. Nos transportes, o Governo reduziu para metade o serviço de Metro na Amadora e, em toda a linha, os utentes sofrem com atrasos. Nas Forças Armadas as cativações prejudicam operações militares e, na Saúde, o PSD apresenta proposta para reforço da vacina contra o sarampo.

Para Nuno Serra, deputado do PSD, as iniciativas parlamentares apresentadas pela esquerda (PCP, BE e PAN) sobre a atividade cinegética em Portugal, apenas visam acabar com a caça. “O conjunto de diplomas não pretende melhorar a condição animal, preservar a biodiversidade, ajudar a erradicar as doenças dos animais, não mitigam a caça selvagem e sem ética. Apenas e tão só têm o objetivo de acabar com a caça em Portugal”, sublinhou Nuno Serra.

O deputado do PSD considera lamentável a forma pouco séria como são apresentadas as propostas. “A leviandade, a incoerência e o conteúdo obsoleto das propostas é tão grave que o valor das coimas ainda é apresentado em Escudos”, refere Nuno Serra. “Aqueles que hoje pedem mais contratação de veterinários nunca tiveram a coragem de pedir a contratação de mais médicos de família para os portugueses”, exemplificou Nuno Serra.

De acordo com o deputado, “como as pessoas costumam dizer a ‘ignorância é atrevida’. Pois bem, este pacote de iniciativas retrata não só esse desconhecimento como também uma total desonestidade”.

Reposição da normalidade na Linha Azul do Metropolitano

O Metropolitano de Lisboa reduziu para metade a frequência dos comboios que servem as estações que estão localizadas na Amadora, “situação que teve como principal impacto o aumento para o dobro do tempo de espera pelos comboios nas estações do município da Amadora”, alertou o deputado Carlos Silva.

O PSD sustenta o aumento, para o dobro, da frequência dos comboios, terminando estes na estação final da Reboleira e não na Pontinha.

“É inacreditável o anúncio do ministro do Ambiente



quanto ao novo plano de expansão do Metropolitano de Lisboa. Quando a falta investimento público afeta o funcionamento regular e a qualidade do serviço, eis senão quando o Governo socialista, ainda em festa e arraial, já está a anunciar novos investimentos sem nexos. As populações servidas pela Linha Azul não merecem esta discriminação negativa”, lamentou Carlos Silva.

Resultados da ação inspetiva da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes realizada em dezembro

- Desfasamento entre os tempos médios na informação disponível nos cais das estações.
- Indisponibilidade parcial na venda de bilhetes.
- Na linha azul (Santa Apolónia – Reboleira), num dos dias inspecionados só houve 26% de pontualidade.
- Na linha azul, no dia inspecionado com valores mais favoráveis, registou-se uma taxa de pontualidade de 51%.

- Em diversos dias os comboios não cumpriram a oferta contratualizada com o Estado.

- Relativamente à taxa de frequência dos comboios, a taxa de cumprimento dos intervalos é de 29% – na linha amarela é de 40%, na linha vermelha de 42% e na linha verde de 48%.

Forças Armadas: PCP cúmplice com os erros do Governo

Como PCP não há “nada de novo. A mesma lógica: a partidarização de matérias que são de interesse nacional. O objetivo do PCP é dizer mal do passado para justificar o seu silêncio em relação ao presente”, afirmou o deputado Bruno Vitorino, durante o debate parlamentar sobre o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

Bruno Vitorino lamenta que se assista a um “conjunto de situações anormais e graves” da responsabilidade do Governo e com a cumplicidade do PCP: “a discussão na praça pública da gestão do Colégio Militar; as nomeações de altas patentes da Marinha; os cortes e cativações que põem em causa as operações nos três ramos das Forças Armadas; a falta de envio de documentação do Ministro da Defesa sobre dossiês relevantes como a Base Aérea do Montijo; a retirada das Forças Armadas do Kosovo; a desistência de Portugal em ter um papel ativo na NATO. “É um erro e são erros atrás de erros”, apontou Bruno Vitorino.

Vacinação “é a melhor forma de prevenção”

O PSD apresentou um projeto de resolução para que o Governo reforce as medidas de vacinação contra o sarampo e lance uma campanha informativa para esclarecer a população sobre a validade da vacinação incluída no Programa Nacional de Vacinação.

Na exposição de motivos, a deputada Ângela Guerra referiu que “em quatro meses registaram-se mais casos de sarampo do que nos últimos 10 anos.”

O PSD considera fundamental manter a tranquilidade pública nesta matéria e “a vacinação é mesmo a melhor forma de prevenção e um maior obstáculo à propagação da doença”.

Prioridade do Metropolitano de Lisboa é melhorar o funcionamento



A candidata do PSD à Câmara Municipal de Lisboa, Teresa Leal Coelho, defendeu que a prioridade para o metro deve ser pô-lo “a funcionar em melhores condições”, embora considere a expansão da rede necessária, desde que com sustentabilidade.

Questionada pelos jornalistas no parlamento, a também vice-presidente social-democrata escusou-se a comentar propostas “em concreto”, quer a do Governo, quer a feita pela sua adversária na corrida autárquica, a líder do CDS-PP, mas aceitou pronunciar-se sobre a rede do metro de Lisboa.

“É evidente que tem de haver alargamento, é bom para a cidade e é necessário que se alargue a rede de metro, mas, neste momento, estamos numa circunstância em que o serviço prestado pelo metro perdeu muita qualidade”, afirmou, referindo a diminuição das carruagens e o aumento do tempo de espera como os principais problemas.

Teresa Leal Coelho apontou ainda o alargamento do horário do metropolitano – que termina “demasiado cedo” – como outra proposta a ponderar.

“Parece-me que essa é a prioridade: vamos pegar no metro que temos e pô-lo a funcionar em melhores condições, mais carruagens - devolver as que o metro já teve -, menos tempo de espaçamento entre cada composição”, apontou.

No entanto, a candidata autárquica salientou que a expansão da rede do metro “é necessária” e sempre foi defendida pelo PSD, mas “é necessário realismo na questão financeira”.

“É uma proposta que o PSD vai analisar para, com sustentabilidade, apresentar para a próxima vereação, não quer dizer que seja de imediato porque temos problemas financeiros”, afirmou.

Reforço de ligações marítimas à Ilha Graciosa

O grupo parlamentar do PSD/Açores anunciou que vai apresentar uma iniciativa legislativa para que a Ilha Graciosa seja incluída na rota da “Linha Lilás”, reforçando assim as ligações marítimas de passageiros à ilha durante o verão.

“Os transportes são a base do desenvolvimento de uma ilha como a Graciosa. Sem transportes marítimos em condições é impossível ambicionar qualquer tipo de desenvolvimento. Sem boas ligações com o exterior, que permitam a mobilidade de pessoas e carga, a Graciosa terá sempre um entrave ao seu desenvolvimento”, afirmou o deputado social-democrata João Bruto da Costa.

O parlamentar do PSD/Açores, que falava no final das jornadas parlamentares do partido, salientou que a apresentação da proposta para inclusão da Graciosa na chamada “Linha Lilás”, operada pela empresa pública Atlanticoline e que serve as restantes ilhas do Grupo Central, corresponde à “vontade dos graciosenses”.

“Vamos insistir nesta matéria. É assunto que não pode ficar esquecido. É ambição dos empresários, dos agricultores, dos pescadores e da sociedade da Ilha em geral que a Graciosa seja servida em condições para ter outra dinâmica económica”, frisou.

Para João Bruto da Costa, o projeto de resolução que os social-democratas vão apresentar no parlamento visa “garantir que a ‘Linha Lilás’ deixe de excluir a Graciosa e abra novas ligações com a Ilha”.

O deputado eleito pela Graciosa acrescentou que os social-democratas também vão apresentar no parlamento outra proposta a favor da ilha, recomendando a integração das Termas do Carapacho no circuito das termas de Portugal com vista a promover as características terapêuticas destas águas, bem como a sua certificação.



Açores

Governo falhou a promessa de colocar mais agentes da PSP

O Governo falhou a promessa de colocar mais efetivos da PSP nas esquadras dos Açores e estas continuam a encerrar durante o período de horário normal, existindo mesmo postos com apenas um agente da autoridade. Face a esta grave situação, a ministra da Administração Interna deve dar uma resposta, de acordo com os deputados do PSD.

São mais de 200 os agentes em falta no comando regional e em todas as esquadras dos Açores. Confrontada com relatos destes constrangimentos, a ministra da Administração Interna prometeu a colocação de 50 agentes nas ilhas açorianas. Mas, após um ano e meio, chegaram aos Açores apenas 25 operacionais e alguns dos que lá trabalhavam saíram, entretanto, da Região Autónoma.

São várias as situações em que as esquadras da PSP são encerradas durante o período normal, por se encontrarem a funcionar apenas com um agente que tem de sair para responder a ocorrências. Em alguns casos, as esquadras encerradas são únicas, ficando uma ilha privada do respetivo serviço de segurança.

Acresce ainda o facto de estar atribuída à PSP a responsabilidade de garantir a segurança nos aeroportos, onde os agentes são muitas vezes chamados no decorrer do horário normal de trabalho, o que os obriga a encerrarem as esquadras.

O PSD quer saber por que razão foram dadas orientações para o serviço de segurança nos aeroportos da região não poder ser feito recorrendo a trabalho gratificado. Considerando que os cinco aeroportos dos Açores são operados pela SATA Aeródromos e pela ANA-VINCI, falta apurar qual relação comercial estabelecida entre o governo e estas empresas, no que diz respeito aos encargos com a prestação destes serviços de segurança.



POVO LIVRE

Directora: Maria Eduarda Azevedo Director-Adjunto: João Cordeiro Pereira

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Contribuição Autárquica

**PSD propôs baixa significativa
PS mantém subida do imposto**

página 4

Justiça mais rápida em Portugal

**PSD propõe privatização dos notários
PS não cumpre promessas de 95**

página 5



Marcelo Rebelo de Sousa no Congresso do CDU

Marcelo Rebelo de Sousa assistiu em Bremen, na Alemanha, ao Congresso Eleitoral do CDU, que serviu de lançamento para as eleições legislativas do próximo mês de Setembro do Chanceler Helmut Kohl.

Marcelo Rebelo de Sousa foi acompanhado de Carlos Horta e Costa, vice-presidente do PSD, Isabel Mota, vice-presidente da Comissão de Relações Internacionais e Mário David, secretário-geral do Partido Popular Europeu.

Criação de emprego no interior do País

Marques Mendes desafia Governo a aprovar pacote do PSD

"Se há transparência entre o litoral e o interior e o Governo tem falado constantemente sobre a desertificação do interior, seria uma grande frustração não apoiar este projecto do PSD especialmente dedicado às pequenas e médias empresas, que são o sustentáculo da economia portuguesa, afirmou em Viseu o presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Luís Marques Mendes, acompanhado dos deputados Manuela Ferreira Leite e Luís Marques Guedes, reuniu-se naquela cidade com empresários e associações empresariais do interior para discutir um projecto-lei apresentado na Assembleia da República pelo PSD, e que visa criar incentivos ao investimento no interior do País.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 25 de Maio de 2017, (quinta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Coligação com o Partido MPT

LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se Assembleia da Secção de Loures, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 29 de Maio de 2017 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, sita na R. Diogo Cão, nº 2 - Loja nº 4 - Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1.- Informações.
- 2.- Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política relativa a candidaturas a órgãos autárquicos locais.

PORTO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital do Porto para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Maio de 2017, (segunda-feira) pelas 21h00 no Auditório do Marco Fórum XXI, sito na Av. Francisco Sá Carneiro, 235 - Marco de Canaveses (frente à Caixa Geral de Depósitos), com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações do Presidente
- 2 - Apresentação e ratificação das contas do Partido ao nível da distrital (artº.39, nº 2, al. c) dos Estatutos do PSD
- 3 - Outros assuntos



ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Ansião para reunirem em Plenário concelhio a realizar no dia 27 de Maio de 2017, pelas 17:30, na sede Concelhia do PSD de Ansião, sita na Av. Dr. Vítor Faveiro, lote 27, 1.º Esq.º Nasc., 3240 - 153 Ansião, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da situação política;
- 3 - Candidatura Autárquicas 2017;
- 4 - Outros Assuntos.

CELORICO DE BASTO

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD de Celorico de Basto para reunirem no dia 17 de Junho de 2017, às 18h, na sede do PSD de Celorico de Basto, sita na Rua Rodrigo de Sousa e Castro - Edf. S. Silvestre, bloco C - Loja 5, 4890 - 377 Celorico de Basto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da comissão política concelhia da JSD de Celorico de Basto para o biénio 2017 - 2019.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de JSD de Celorico de Basto ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia ao acto eleitoral

ESPINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário da concelhia da Juventude Social-Democrata de Espinho para reunir no dia 17 de Junho de 2017, pelas 19 horas na sede do PSD e da JSD Espinho, sita na Rua 22, n.º 339, em Espinho, com a seguinte ordem de trabalhos.

Ponto Único - Eleições dos Órgãos Concelhios da JSD Concelhia de Espinho (Eleições para a Comissão Política Concelhia e Eleições para a Mesa do Plenário Concelhio)

Notas:

As urnas estarão abertas das 19:00 as 21:00;

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD Espinho, na sede de Concelhia do PSD/JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias da JSD.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Odivelas para reunir em sessão ordinária no dia 30 de Maio de 2017, pelas 21:00h, na sede concelhia da JSD/PSD Odivelas, situado na Rua Combatentes do Ultramar 20-A Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política;
- 3 - Eleições Autárquicas 2017;
- 4 - Balanço de Um ano de Mandato;
- 5 - Outros Assuntos.

LOURES

Ao abrigo dos estatutos da JSD e demais regulamentos da JSD, convoca-se o plenário da JSD de Loures para o próximo dia 19 de Junho de 2017, (2ª-Feira)

pelas 21 horas, na sede do PSD de Loures, sita no Rua Diogo Cão, nº 2 Loja 4, Parque Residencial do Almirante 2660-204 Santo António dos Cavaleiros, Loures, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da JSD de Loures ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

No dia da eleição as urnas vão estar abertas entre as 21h00m e as 23 horas.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, e demais Regulamentos aplicáveis da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Vila Real para reunir no próximo dia 3 de Junho de 2017, pelas 15h00, na sede do PSD de Vila Real, sita na Rua da Boavista, n.º 11, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Outros assuntos.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento eleitoral da JSD, convoca-se os militantes da JSD da Concelhia de Vila Real, para reunirem no próximo dia 17 de Junho de 2017, Sábado, pelas 16 horas, na Rua da Boavista, n.º 11, em Vila Real, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Vila Real.

Nota:

As urnas estarão abertas das 16h00m às 19 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente do Plenário da JSD de Vila Real, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Vila Real, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.